

Deutscher, Isaac (1963 [1973]) *As Raízes da Burocracia*,
Porto: Publicações Escorpião. Conferência na London School
of Economics em 1963.

AS RAÍZES DA BUROCRACIA

Isaac Deutscher

Seguido de um texto
de Jacques Dalny: «Enquanto Brejnev viaja...»

1963

AS RAÍZES
DA BUROCRACIA

Trabalho e revisão
E. SIMÕES
Capa
L. ALINHARA
Editora
PUBLICAÇÕES ESCORPIÃO
Sistema de 1963

Publicações Escorpião

Tradução e revisão E. SIMÕES

Capa J. AZINHEIRA

Edição PUBLICAÇÕES ESCORPIÃO
Porto / Setembro de 1973

AS RAÍZES
DA BUROCRACIA

Isaac Deutscher

No princípio de 1960, Isaac Deutscher pronunciou três conferências sobre a burocracia num seminário para licenciados na London School of Economics. O texto que se segue é uma versão abreviada dessas conferências editada por Tamara Deutscher.

A burocracia, ^I que não para de evoluir,
é um flagelo da civilização humana.

Somos testemunhas de uma evolução evidente para a burocratização crescente das sociedades contemporâneas, quaisquer que sejam as estruturas sociais e políticas. Teóricos ocidentais asseguram-nos que a rapidez da evolução da burocracia é tal que vivemos já sob um managerial system que, imperceptivelmente, acabou por substituir o capitalismo. É conhecido, por outro lado, o enorme e prodigioso crescimento da burocracia nas sociedades pós-capitalistas do bloco soviético e particularmente na União Soviética. O que justifica a nossa tentativa de elaboração de uma teoria da burocracia que fosse mais completa e satisfatória do que o cliché tão em moda, e em grande parte sem significado, de *managerial society*. O problema da burocracia não é no entanto fácil de abordar; na sua essência o problema é tão velho como a civilização, ainda que a intensidade com que apareceu aos olhos dos homens tenha variado muito com as épocas.

Se decidi falar sobre as raízes da burocracia foi pela simples razão de que, no meu entender, é preciso cavar muito fundo para encontrar as causas mais profundas — as causas primeiras — da burocracia, com o fim de ver como e porquê este flagelo da civilização humana alcançou proporções tão aterradoras. No problema da burocracia, mais ou menos paralelo ao problema do Estado, converge a maior parte dessas relações entre o homem e a sociedade e entre o homem e o homem a que é moda chamar «alienação».

O termo em si mesmo evoca a dominação do «bureau», do aparelho, de qualquer coisa de impessoal e de hostil, que adquiriu vida e poder sobre os seres humanos. Em linguagem corrente fala-se também de burocratas desumanos a propósito dos homens que constituem esse aparelho. Os seres que administram o Estado aparecem-nos sem alma, como se fossem simples engrenagens da máquina. Por outras palavras, defrontamo-nos aqui, da forma mais densa e mais intensa, com o pro-

Estamos diante da reificação das relações hu-
manas. É semelhante à alienação perante o Estado.

blema da reificação das relações entre os seres humanos, com o aparecimento de vida em mecanismos, em coisas. O que, é claro, evoca imediatamente a grande questão do fetichismo: perante o conjunto da nossa economia de mercado o homem parece estar à mercê das coisas, das mercadorias e mesmo do dinheiro. As relações humanas objectivam-se, enquanto os objectos parecem adquirir a força e o poder das coisas vivas. A semelhança, por um lado, estabelecida entre a alienação do homem perante o Estado e os seus representantes — a burocracia —, e a alienação humana perante os produtos do seu próprio trabalho, por outro, é evidentemente muito estreita, havendo uma interrelação rigorosa entre esses dois tipos de alienação.

É muito difícil de atingir, por detrás das simples aparências, o verdadeiro centro das relações entre a sociedade e o Estado, entre o aparelho que administra a vida de uma comunidade e a própria comunidade. A dificuldade consiste nisto: a aparência não é só apar-
ência, tem também uma parte de realidade. O feti-
chismo do Estado e da mercadoria está, por assim dizer, «inscrito» no próprio mecanismo do funcionamento do Estado e do mercado. A sociedade é ao mesmo tempo estranha ao Estado e inseparável do Estado. O Estado é um fardo que oprime a sociedade, mas é também o anjo protector da sociedade sem o qual ela não pode viver.

Aqui ainda, alguns dos aspectos mais obscuros e mais complexos das relações entre a sociedade e o Estado reflectem-se de forma clara e espantosa na nossa linguagem corrente. Quando dizemos «eles», falando dos burocratas que nos dirigem, «eles» os que fixam os impostos, «eles» os que desencadeiam as guerras, que fazem toda a espécie de coisas que tocam a vida de todos nós, exprimimos um sentimento de impotência, de separação em relação ao Estado; mas temos também consciência de que sem o Estado não haveria vida social, não haveria desenvolvimento social, não haveria história. A dificuldade em distinguir a aparência da realidade vem do facto de que a burocracia cumpre certas

A alienação do homem perante o Estado e os
seus representantes — a burocracia.

O Estado é fardo que oprime e anjo protector.

Duas }
ópticas } burocrática
 } anarquista

funções evidentemente necessárias e indispensáveis à vida da sociedade; no entanto assume igualmente funções que poderíamos, teoricamente, considerar como supérfluas.

Os aspectos contraditórios da burocracia levaram, claro, a duas visões contraditórias e realmente opostas do problema, tanto no plano filosófico como no histórico e no sociológico. Tradicionalmente, encontramos, postas de lado numerosas *nuanças* intermédias, duas visões fundamentais do problema da burocracia e do Estado: a visão burocrática e a visão anarquista. Devemos lembrar-nos que os Webbs ⁽¹⁾ gostavam de distinguir as pessoas que encaravam os problemas políticos segundo uma óptica burocrática daquelas que os encaravam segundo uma óptica anarquista. É evidentemente uma visão simplificada, mas no entanto defensável. A visão burocrática teve os seus grandes filósofos, os seus grandes profetas, os seus sociólogos reputados. O maior apolo-gista filosófico do Estado foi provavelmente Hegel, da mesma forma que o seu grande apologista sociológico foi Max Weber.

Ninguém tem dúvidas de que a velha Prússia foi o paraíso da burocracia e não é por acaso que os grandes defensores do Estado e da burocracia vieram da Prússia. Hegel e Weber, cada um à sua maneira e a níveis de pensamento teórico diferentes, são de facto, tanto um como o outro, os metafísicos da burocracia prussiana, generalizando a experiência burocrática prussiana e projectando essa experiência no plano histórico mundial. É portanto necessário ter presente no espírito a doutrina fundamental dessa escola de pensamento. Para Hegel, o Estado e a burocracia são, ao mesmo tempo, o reflexo e a realidade da *ideia moral*, a qual é o reflexo e a realidade da razão suprema, a realidade do *Weltgeist*, a manifestação de Deus na história. Max

(1) Beatrice (1858-1943) e Sidney (1859-1947) Webb, par de sociólogos ingleses que exerceram uma grande influência na evolução da sociedade inglesa. Foram fundadores da Sociedade de Fabianos, do Partido Trabalhista e da London School of Economics. (N. do T.).

O maior apolo-gista, filosófico do Estado foi Hegel, sociológico, Max Weber.
A velha Prússia foi o paraíso da burocracia.

Weber, que é de qualquer forma um descendente, um neto de Hegel (talvez um neto um pouco degenerado), exprime a mesma ideia no catálogo, tipicamente prussiano, das virtudes da burocracia:

«A precisão, a rapidez, a clareza, o conhecimento dos dossiers, a perseverança, a descrição, a unidade, a subordinação rigorosa, a redução das fricções e dos encargos com material e pessoal — tudo isto é recomendado no mais alto grau por uma administração rigorosamente burocrática, particularmente na sua forma monocrática... a burocracia é igualmente regida pelo princípio de *sine ira ac studio*» (2).

Estas palavras só podiam, sem dúvida, ser escritas na Prússia. É claro que este catálogo das virtudes pode, muito facilmente, ser invalidado por um catálogo correspondente dos vícios. Mas parece-me muito surpreendente, e em certo sentido inquietante, que Max Weber se tenha tornado recentemente o guia intelectual de uma tão grande parte da sociologia ocidental — a mais grave censura que me dirige o professor Raymond Aron, numa polémica comigo, é a de que escrevo e falo «como se Max Weber nunca tivesse existido».

Estou pronto a reconhecer que ninguém estudou a burocracia com tanta minúcia e profundidade como Max Weber. Estabeleceu realmente a lista das diversas particularidades do seu desenvolvimento, mas não soube descobrir o seu significado global. Conhecemos, todos, os aspectos característicos dessa velha escola alemã, dita histórica, que podia consagrar montes de volumes a um assunto qualquer, mesmo à actividade burocrática, mas que só raramente soube observar o curso principal do seu desenvolvimento.

No outro extremo, a óptica anarquista da burocracia e do Estado, com os seus mais eminentes representantes,

(2) Max Weber: *Essays in Sociology*, Oxford University Press, New York, 1958, pp. 214-215.

Proudhon, Bakounine e Kropotkine, e as diversas tendências e nuances, liberais e anarco-liberais, que dela derivam. Ora essa escola, quando observada de perto, representa a revolta intelectual da velha França burguesa e da velha Rússia dos mujiks contra as suas burocracias. Esta escola de pensamento propõe-se estabelecer a lista dos vícios burocráticos. O Estado e a burocracia aparecem como os usurpadores da história. O Estado e a burocracia aparecem como a verdadeira encarnação de todo o mal da sociedade humana, mal que não pode ser destruído senão pela abolição do Estado e pela destruição de toda a burocracia. Quando Kropotkine procurava pôr em evidência a amplitude da deterioração moral da revolução francesa, mostrava como Robespierre, Danton, os Jacobinos e os Hebertistas, de revolucionários que eram, se tornaram em homens de Estado. A seus olhos, a burocracia e o Estado eram quem corrompia a revolução.

De facto, cada uma destas análises contém um fundo de verdade, já que na prática o Estado e a burocracia foram os Jekyll e Hyde da civilização. Expressam as virtudes e os vícios da civilização, e do seu desenvolvimento histórico, de uma forma mais precisa e mais aguda que qualquer outra instituição. Estado e burocracia concentram essa dualidade característica da nossa civilização: todo o progresso é acompanhado de um retrocesso; toda a arrancada levada a cabo pelo homem é paga pelo preço de um passo atrás, toda a libertação de energia criadora humana se paga com a paralisia ou mutilação de uma outra energia criadora. Esta dualidade foi, penso eu, um traço notório do desenvolvimento da burocracia sob todos os regimes sociais e políticos.

As raízes da burocracia são certamente tão velhas quanto a nossa civilização, ou mesmo mais velhas, pois entroncam na fronteira entre a tribo comunista primitiva e a sociedade civilizada. É aí que encontramos o longínquo, e no entanto bem visível, antepassado das enormes e complexas máquinas burocráticas da nossa época. Aparecem no momento em que a comunidade primitiva se divide em condutores e conduzidos, organizadores e

Estado e burocracia são o Jekyll e o Hyde da civilização.

Estado e burocracia concentram a dualidade...

organizados, dirigentes e dirigidos. Desde o momento em que a tribo ou o clã começam a dar-se conta que a divisão do trabalho aumenta o poder do homem sobre a natureza e a sua capacidade para fazer frente às suas necessidades, descobrimos então os primeiros gérmenes de burocracia, que se tornam, igualmente, os primeiros sinais de uma sociedade de classe.

A divisão de trabalho nasce com o processo de produção que arrasta a primeira hierarquia de funções. É aí que aparece pela primeira vez o fosso, que se iria cavar no decurso da civilização, entre a actividade intelectual e o trabalho manual. O responsável pelo primeiro processo elementar de criação de gado poderia muito bem ter sido o antepassado do mandarim, do sacerdote egípcio, ou do moderno burocrata capitalista. A divisão inicial entre cérebro e músculos introduziu as outras múltiplas subdivisões, entre agricultura e pesca, ou entre comércio, artesanato e navegação. A divisão da sociedade em classes seguiu o curso do processo fundamental de desenvolvimento histórico. Na sociedade, desde os alvares da civilização até aos nossos dias, a divisão fundamental não foi tanto entre administrador e operário, mas entre possuidor e homem privado de propriedade; e esta divisão absorvia e marcava a primeira. A administração esteve, na grande maioria das épocas, subordinada aos proprietários dos bens, às classes possedentes.

Grosseiramente poder-se-iam inventariar vários tipos de relações entre a burocracia e as principais classes sociais. O primeiro tipo poderia ser chamado egípcio-chinês; vem depois o tipo romano-bizantino e o seu derivado: a hierarquia eclesiástica na Igreja romana; temos em seguida o tipo de burocracia capitalista da Europa ocidental; sendo o quarto o tipo pós-capitalista. Nos três primeiros tipos, e particularmente nas sociedades feudais e escravagistas, o administrador está totalmente subordinado ao proprietário, de tal forma que tanto em Atenas, como em Roma ou no Egipto, era entre os escravos que de ordinário se recrutavam os burocratas. Em Atenas, a primeira força de polícia foi recrutada

Quatro tipos históricos de burocracia.

entre os escravos porque era indigno de um homem livre privar da liberdade outro homem livre. Que maravilhoso instinto! Aparece aqui bem expressa, de forma ingénua, a dependência do burocrata em relação ao proprietário: é o escravo que é o burocrata pois a burocracia é escrava da classe possedente.

Dentro da ordem feudal, a burocracia vê-se relativamente eclipsada pois os administradores ou bem que provêm directamente da classe feudal ou são absorvidos por ela. A hierarquia social está, por assim dizer, «inscrita» na ordem feudal e não há necessidade de um aparelho hierárquico especial para dirigir os assuntos públicos e disciplinar as massas desprovidas de propriedade.

Mais tarde, bastante mais tarde, a burocracia adquire um estatuto bem mais respeitável e os seus agentes tornam-se os «livres» assalariados dos proprietários. Foi então que ela pretendeu elevar-se acima das classes possedentes e, logo, acima de todas as classes. E em muitos aspectos, e até certo ponto, a burocracia conquistou efectivamente esse estatuto supremo.

A grande divisão entre o aparelho de Estado e as outras classes aparece, naturalmente, com o capitalismo no momento em que desaparecem a rigorosa hierarquia inicial e as relações de dependência entre os homens, tão características da sociedade feudal. «Todos os homens são iguais». Essa ficção burguesa da igualdade perante a lei tornou necessário um aparelho de poder, uma máquina estatal estreitamente hierarquizada. Da mesma forma que a hierarquia do poder económico sobre o mercado, a burocracia, enquanto hierarquia política, deve actuar de forma a que a sociedade não descubra a desigualdade real debaixo da aparência de igualdade. Donde provém o desenvolvimento das ordens, dos interesses, dos níveis administrativos próprios para perpetuarem a ficção da igualdade não reforçando senão a desigualdade.

Quais são, neste estádio, as características da burocracia? Em primeiro lugar, a estrutura hierárquica; em segundo lugar, o facto de o aparelho do poder ser um

A grande divisão entre o aparelho do Estado e as outras classes aparece com o capitalismo
13
A ficção da igualdade perante a lei tornou...

sistema fechado que, aparentemente, se basta a si próprio. O que significa que a dimensão, a variedade e a complexidade da nossa vida social tornam cada vez mais difícil a gestão da sociedade; só os peritos qualificados, que possuem os segredos da administração, são capazes de preencher as funções de organização. Não, realmente não estamos muito longe do tempo em que o sacerdote egípcio guardava os segredos do seu poder e fazia crer à sociedade que só ele, graças à inspiração divina, era capaz de levar a bom termo os negócios humanos. A burocracia, com a sua suficiência, e o seu calão mistificador (em que reside, em grande parte, a essência do seu prestígio social), não está, apesar de tudo, muito afastada do sacerdócio egípcio e dos seus segredos mágicos. (A propósito, não estará também muito próxima da burocracia estalinista com o seu obsessivo hermetismo?).

Muitas décadas antes de Max Weber, que, também ele, se sentiu muito impressionado pela esotérica sabedoria da burocracia, Engels teve uma visão mais realista e mais objectiva das coisas:

«O Estado, diz ele, não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro... É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis... Mas para que... essas classes com interesses económicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da «ordem». Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais, é o Estado».2(3).

(3) F Engels, *A origem da família, da propriedade e do estado*, Ed. Presença, p. 225.

Mesmo o «welfare state», acrescentaremos nós, não é, ao fim e ao cabo, senão o poder que emerge da sociedade, mas que se eleva acima dela e se lhe torna cada vez mais estranho. Engels continua dizendo:

«Donos da força pública e do direito de recolher os impostos, os funcionários, como órgãos da sociedade, põem-se então *acima* dela (¹).

Descreve o processo de nascimento do Estado desde a comunidade primitiva:

«O respeito livre e voluntariamente tributado aos órgãos da constituição gentílica já não lhes (aos funcionários) basta... Veículos de um poder que se tinha tornado estranho à sociedade, precisam de impor respeito através de leis de excepção, em virtude das quais gozam de uma santidade e inviolabilidade especiais.» (²)

No entanto, de nada serve irritarmo-nos contra a burocracia: a sua força não é mais do que o reflexo da fraqueza da sociedade que repousa na divisão entre a imensa maioria dos trabalhadores manuais e a pequena minoria especializada no trabalho intelectual. O pauperismo intelectual de que nenhuma nação está ainda isenta germinou sobre as raízes da burocracia. Outros parasitas proliferaram sobre essas raízes, mas elas persistiram no capitalismo e no capitalismo da abundância e sobreviveram na sociedade pós-capitalista.

II

Gostaria de começar este segundo capítulo por uma redefinição, mais rigorosa, do nosso objecto de análise. A história geral da burocracia não me interessa nem

(¹) Idem, p. 227.

(²) Idem, p. 227.

desejo fazer um panorama das variedades, nem das modalidades, do domínio burocrático que a história nos mostra. O centro da minha atenção é o seguinte: quais os factores responsáveis pelo poder político da burocracia? Quais os factores que favorecem a supremacia política da burocracia sobre a sociedade? Porque é que, até ao presente, nenhuma revolução conseguiu quebrar, ou destruir, o poder da burocracia? No primeiro dia de cada revolução, independentemente do seu carácter e qualquer que tenha sido o *ancien régime* que a precedeu, viu-se renascer das cinzas, qual Fénix, um aparelho de Estado.

No primeiro capítulo indiquei, com certa ênfase, qual era o factor que favorece eternamente a burocracia: a divisão entre a actividade intelectual e o trabalho manual, o abismo que se cava entre organizadores e organizados. Essa oposição é de facto o prólogo da sociedade de classes; mas, no desenvolvimento social ulterior, este prólogo aparece como que afogado na divisão mais fundamental entre o possuidor de escravos e o escravo, entre o possuidor de servos e o servo, entre o proprietário e o homem privado de propriedade.

A influência verdadeiramente considerável da burocracia, enquanto grupo social distinto e separado, só surge com o capitalismo e isto por diversas razões, económicas e políticas. Foram a economia de mercado, a economia monetária e a dimensão crescente da divisão de trabalho, de que o capitalismo é por sua vez um produto, que favoreceram a propagação da burocracia moderna. Enquanto o servidor do Estado era um arrematante dos impostos régios ou um suserano, ou um auxiliar desse suserano, o burocrata não era ainda um verdadeiro burocrata.

O cobrador dos séculos dezasseis e dezassete, ou mesmo dezoito, era uma espécie de empresário privado, ou um servidor do suserano, ou alguém do seu séquito. O nascimento da burocracia, enquanto grupo distinto, só foi possível graças à extensão e universalização da economia monetária, em que todo o empregado do Estado recebia o seu salário sob a forma de dinheiro.

O crescimento da burocracia foi, antes de mais, estimulado pelo desabar dos particularismos feudais e pelo nascimento de um mercado à escala nacional.

Uma burocracia nacional só podia aparecer tendo por base um mercado nacional. Em si mesma, essas causas económicas gerais do crescimento da burocracia não fazem mais do que explicar como a burocracia se tornou possível na sua forma moderna, mas não explicam ainda por que cresceu e por que conquistou a sua importância política em circunstâncias históricas determinadas. Pode-se procurar uma resposta para estas questões não já nas transformações económicas, mas nas estruturas socio-políticas. É espantoso, por exemplo, que a Inglaterra, país do capitalismo clássico, tenha sido o menos burocrático dos países capitalistas enquanto a Alemanha, país capitalista subdesenvolvido até ao último quartel do século dezanove, era o país mais burocrático. A França, que ocupava uma posição intermédia, tinha uma burocracia cujo poder na vida pública era médio.

Se se quisessem procurar as regras gerais da ascensão e do declínio da influência burocrática na sociedade capitalista, descobrir-se-ia que o poder político da burocracia, sob o regime capitalista, foi sempre inversamente proporcional à maturidade, ao vigor, à capacidade de autodeterminação dos estratos constitutivos de cada sociedade burguesa. Por outro lado, quando, nas sociedades burguesas mais desenvolvidas, as lutas sociais chegam a uma espécie de impasse, quando as classes em luta adormecem, prostradas por combates sociais e políticos esgotantes, então a direcção política passa, quase automaticamente, para as mãos da burocracia. Nessas circunstâncias, a burocracia não só se constitui no aparelho regulador do funcionamento do Estado, como também no poder que impõe a sua vontade política à sociedade. O verdadeiro berço da burocracia moderna foi, evidentemente, a monarquia absoluta pré-burguesa, os Tudors em Inglaterra, os Bourbons em França ou os Hohenzolern na Prússia, a monarquia que mantinha um equilíbrio precário entre um feudalismo decadente e um capitalismo nascente. O feudalismo estava já dema-

O Berço da Burocracia moderna foi a
2 monarquia absoluta.

17 Inglaterra (e os EUA) foi menos burocrático pela fusão progressiva dos interesses feudais e capitalistas.

siado enfraquecido para manter a sua supremacia e o capitalismo era demasiado fraco ainda para impor o seu domínio; tal estagnação na luta de classes, entre o feudalismo e o capitalismo, deixou à monarquia espaço livre para agir como árbitro entre os dois campos opostos.

Quanto mais forte era a paralisia resultante do *statu quo* implícito que se estabelece entre eles, tanto mais aberto tinha a burocracia da monarquia absoluta o caminho para desempenhar o papel de árbitro.

Notemos a propósito que a Inglaterra (e também os Estados Unidos) foi o país menos burocrático precisamente porque esse antagonismo entre feudalismo e capitalismo muito cedo se resolveu pela fusão progressiva dos interesses feudais e capitalistas. Os notáveis feudo-burgueses, as grandes famílias da aristocracia inglesa, assumiram algumas das funções asseguradas, no continente, pela burocracia. Em certo sentido, os elementos feudais *embourgeoisés* administravam o Estado sem para isso se converterem num grupo social distinto e separado. Os Estados Unidos evitaram também, no decurso da sua história, este conflito entre os interesses feudais e capitalistas, conflito que actuou como estimulante no crescimento da burocracia.

A Rússia é um caso diferente e particular: a grande força do Estado e da burocracia foi consequência do subdesenvolvimento das duas camadas sociais: nem o elemento feudal nem a burguesia foram alguma vez suficientemente fortes para dirigir os assuntos do Estado. Foi o Estado que, qual demiurgo, criou as classes sociais, umas vezes influenciando a sua formação e expansão, outras interpondo-se no seu caminho e contrariando a sua evolução. Assim, a burocracia tornou-se não só árbitro, mas também órgão de manipulação de todas as classes sociais.

Se houvesse que dar um título às considerações que se seguem, seria provavelmente um título muito genérico, qualquer coisa como: burocracia e revolução. Convém aqui desfazer alguns mal-entendidos, mesmo que para isso tenha que ir contra várias escolas históricas

A revolução puritana e a França Enam revs. burguesas,
mas na França a burg. estava dividida e logo a burocracia
assimiu.

estabelecidas. Mas já que isso é inevitável porei o problema sob a sua forma mais audaciosa: terá sido a revolução puritana inglesa uma revolução burguesa? A grande Revolução Francesa teria tido um carácter burguês? Na frente dos batalhões sublevados não encontramos nem banqueiros, nem comerciantes, nem armadores. Quem estava na primeira linha de combate eram os *sans culottes*, a plebe, o proletariado urbano, a pequena burguesia mais baixa. Que conseguiram? Sob a direcção dos «gentleman farmers» (em Inglaterra) e dos homens de lei, dos doutores e dos jornalistas (em França), aboliram a monarquia absoluta e a sua burguesia cortesã e desfizeram as instituições feudais que entravavam o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade. A burguesia tinha-se tornado suficientemente forte e consciente do seu poder para pretender a auto-determinação política. Não queria aceitar por mais tempo a tutela e a autoridade da monarquia absoluta; queria governar por si mesma. Empurrada pelas massas plebeias durante a Revolução, a burguesia tentou logo no dia seguinte dirigir a sociedade por si mesma, sem qualquer impedimento.

O processo da Revolução, com todas as suas crises, os seus antagonismos, com as suas constantes transferências de poder das alas mais conservadoras às mais radicais, e mesmo às alas utopistas, do campo revolucionário, levou a um novo *statu quo* político entre as classes que acabavam de surgir em cena. As massas plebeias, os *sans culottes*, os proletários urbanos, estavam cansados e esgotados; mas a classe vitoriosa, agora dominante — a burguesia —, estava também dividida interiormente, fragmentada, esgotada, depois da luta revolucionária, e incapaz de governar a sociedade. Daí que, na primeira fase da revolução burguesa, tenha surgido uma nova burocracia de tipo algo diferente: instalou-se então uma ditadura militar que surge quase, vista de fora, como a continuação da monarquia absolutista pré-revolucionária, ou mesmo como uma versão agravada desta. O regime pré-revolucionário possuía o seu aparelho de Estado centralizado, uma burocracia nacional. A primeira

As revoluções serviram-se a centralização
que reflectia a necessidade de um mercado nacional.

reivindicação da Revolução foi a descentralização desse aparelho. Essa centralização não era no entanto fruto das más intenções do governante, mas reflectia a evolução de uma economia necessitada de um mercado nacional e este «terreno de cultura nacional», por assim dizer, alimentou as forças burguesas que, por seu lado, produziram a revolução. A revolução teve por consequência um renovar da centralização. Foi assim com Cromwell e Napoleão. O processo de centralização e de unificação nacional e o aparecimento de uma nova burocracia foram tão nítidos que Tocqueville, por exemplo, não viu aí mais do que o prosseguimento da tradição pré-revolucionária. Afirmava ele que a Revolução Francesa não tinha feito mais, muito simplesmente, do que continuar a obra do *Ancien Régime* e que, se a revolução não tivesse tido lugar, os acontecimentos teriam seguido o mesmo rumo. Era o argumento de um homem que tinha os olhos fixos somente no aspecto político do desenvolvimento, ignorando totalmente o pano de fundo social e as motivações sociais mais profundas; tinha-se apercebido da forma, mas não da textura ou coloração da sociedade.

A centralização política prosseguiu depois da revolução, mas as características da burocracia eram total e absolutamente diferentes. No lugar da burguesia da corte tinha-se instalado, em França, uma burocracia burguesa recrutada nas diferentes camadas da sociedade. A burocracia burguesa posta no lugar com Napoleão sobreviveu à Restauração e acabou por encontrar o seu chefe na figura do Rei-Cidadão.

O período seguinte em que aparece um novo impulso burocrático e uma subida das tendências estáticas centralizadoras do Estado coincide ainda com uma desmobilização política de todas as classes sociais. Em 1848 constatamos uma situação em que os interesses das diferentes classes se opõem ainda uns contra os outros; desta vez são os interesses da burguesia estabelecida e os do proletariado nascente. Até agora ninguém descreveu melhor este processo de esgotamento mútuo do que Karl Marx, particularmente em *O 18 Brumário*.

A burocracia, tornada 20 anos depois criada por Napoleão, sobreviveu à Restauração.

Em 1848, o enfraquecimento de todas as classes assegurou o triunfo da burocracia

Mostrou também como o enfraquecimento de todas as classes sociais assegurou o triunfo da burocracia, ou melhor, da sua força militar sob Napoleão III. Esta situação foi característica não somente da França, como também da Alemanha, particularmente da Prússia, onde o impasse era muito complexo: entre os interesses feudais e semifeudais dos Junkers havia a burguesia e a nova classe operária. Daí resultou na Prússia a autoridade e a ditadura da burocracia de Bismarck. Notemos por outro lado que Marx e Engels analisaram o governo de Bismarck como um regime «bonapartista» ainda que, na aparência, Bismarck tivesse muito pouco ou mesmo nada de Bonaparte.

III

Estou perfeitamente consciente do facto que, dada a vastidão do tema, me é impossível fazer mais do que indicar, esquematicamente, os pontos principais que necessitam de uma elaboração posterior. Deveria adverti-los, talvez, de que não é minha intenção tratar do problema do socialismo reformista e burocracia. Este, apesar da sua importância política particularmente no nosso país, não tem, na minha opinião, senão um interesse muito reduzido. Constitui, para mim, um caso particular de «capitalismo e burocracia». O grosso da economia continua sendo capitalista ainda que estejam nacionalizados 15 ou até 25% da indústria, e neste caso a quantidade decide também a qualidade. A vida social assenta numa base essencialmente capitalista e o espírito capitalista burocrático clássico penetra em todas as indústrias, mesmo nas do sector nacionalizado. O descontentamento em relação à «burocracia do carril» ou do carvão aumenta. Durante a última greve vimos, na televisão, ferroviários que diziam: «as coisas já não são como antigamente»: antes da nacionalização dos caminhos de ferro podiam manter entre eles e com os

empresários relações mais pessoais enquanto hoje a vida de trabalho tornou-se tão anónima que já não há qualquer contacto humano entre os trabalhadores e essa vasta empresa de dimensão nacional. Este «contacto humano» era uma fantasia da imaginação dos trabalhadores. Que género de relações pessoais poderia haver entre o condutor da locomotiva e o patrão de qualquer uma das cinco enormes companhias ferroviárias? No entanto, politicamente era bastante importante que esse ferroviário julgasse realmente que na Southern, na Midland ou na Western Railway era mais alguma coisa do que uma simples engrenagem. Ora, hoje sente-se «alienado» em face dessa vasta entidade na qual se tem de integrar, para a qual tem de trabalhar. E esta «alienação», como o termo indica, é um problema comum a toda a instituição burocrática qualquer que seja a sua estrutura social; e eu seria o último a negar a existência de um certo número de traços comuns entre a burocracia de um sistema capitalista e a de um sistema pós-capitalista.

Gostaria agora de abordar os problemas específicos que põe o aparecimento da burocracia, numa indústria inteiramente nacionalizada, depois de uma revolução socialista, sob um regime que, pelo menos nos seus primórdios, é, em todos os sentidos, uma ditadura proletária. Dado que este problema interessa um terço do globo é por isso mesmo bastante importante; e tenho a certeza que muitos dentre vós gostariam que se tornasse um problema para dois terços do planeta, pelo menos.

Uma das observações que me vieram ao espírito, ao percorrer alguns dos textos marxistas clássicos sobre a burocracia, foi a maneira relativamente optimista — talvez se pudesse dizer até alegre — com que os marxistas abordaram o problema. Para lhes não dar mais do que um exemplo, acontece a Karl Kautsky perguntar-se se uma sociedade socialista poderia temer a aparição do flagelo que constitui a burocracia. Recordarão, por pouco que se tenha lido *As Origens do Cristianismo*, que Kautsky relata o processo pelo qual a Igreja Cristã, primeiro religião dos oprimidos, se transformou num

Kautsky: A Igreja Cristã transformou-se logo em um vasto aparelho burocrático imperialista.

Mas, para K., a classe operária seria suficientemente madura para não permitir que uma burocracia se elevasse acima dele.

vasto aparelho burocrático imperialista. Esta transformação fez-se tendo por fundo uma sociedade que repousava sobre o trabalho de escravos. Os escravos da Antiguidade, desprovidos de uma real consciência de classe, estavam chamados a converter-se em escravos da burocracia. Mas a classe operária moderna, sustentava Kautsky, suficientemente madura para provocar a derrocada do capitalismo, não permitiria que uma burocracia se elevasse acima dela. Esta não era uma opinião pessoal de Kautsky, o qual foi, durante mais de vinte anos, entre a morte de Engels e o estalar da Primeira Guerra Mundial, o exegeta mais eminente do marxismo e foi considerado como o verdadeiro sucessor de Marx e Engels. O próprio Engels, nos seus diversos trabalhos, particularmente no *Anti-Duhring*, entregou-se a uma visão que afasta, à partida, a possibilidade de existência da burocracia no socialismo:

«O proletariado apodera-se do poder do Estado e transforma, lentamente, os meios de produção em propriedade do Estado. Desta forma se destrói a si próprio como proletariado, suprime todas as diferenças e antagonismos de classe»⁽⁶⁾.

Nas sociedades anteriores, o Estado era necessário como órgão da classe exploradora, como meio de opressão das classes exploradas, os escravos, os servos e os trabalhadores assalariados. Com o socialismo, o Estado, no momento em que se torna verdadeiramente representativo do conjunto da sociedade, torna-se, por isso mesmo, supérfluo. E com o desenvolvimento pleno das forças produtivas modernas, com a abundância e superabundância de bens, não haverá necessidade alguma de manter os homens e o trabalho subjugados.

Foi Trotsky, julgo eu, que utilizou esta metáfora muito simples, mas bastante expressiva: o polícia tanto pode usar o bastão para regular o trânsito como para

(6) *Anti-Duhring*. Edições Afrodite, Lisboa, 1971, pp. 343-344.

dispersar uma manifestação de grevistas ou de desempregados. Esta afirmação resume a distinção clássica entre a administração das coisas e a administração dos homens. Se se imagina uma sociedade em que não há supremacia de classe, o papel da burocracia reduz-se à administração das coisas, do processo objectivo social de produção. Não se trata de eliminar *todas* as funções administrativas — o que seria absurdo numa sociedade industrial desenvolvida — mas interessa-nos circunscrever o bastão do polícia exclusivamente à sua função: impedir os engarrafamentos.

Analisando a experiência da Comuna de Paris, Marx e Engels pressentiram as ameaças burocráticas que poderiam surgir no futuro e tiveram muito cuidado em sublinhar as medidas tomadas pela Comuna para proteger a revolução socialista do recrudescimento do poder burocrático. A Comuna, precisaram eles, tinha tomado numerosas precauções que deveriam servir de exemplo e de modelo para as transformações socialistas futuras: a Comuna tinha sido eleita por eleições gerais e criou um serviço civil eleito cujos membros podiam ser demitidos em qualquer momento a pedido dos eleitores. A Comuna aboliu o exército permanente e substituiu-o pela milícia popular; estabeleceu também o princípio segundo o qual nenhum funcionário podia ganhar mais do que um vulgar trabalhador. Isto deveria abolir todos os privilégios de uma classe ou grupo burocráticos. Por outras palavras, a Comuna deu o exemplo de um Estado que devia começar a desaparecer no próprio momento do seu estabelecimento. E não foi de modo algum por acaso que, semanas antes da Revolução de Outubro, Lenine fez um esforço especial para restaurar esta parte do ensinamento marxista, então praticamente esquecida, consagrada ao Estado, ao socialismo e à burocracia. Expressiu a sua concepção do Estado no seu famoso aforismo: com o socialismo e mesmo numa ditadura do proletariado, a administração tornar-se-á tão fácil que qualquer cozinheiro será capaz de dirigir os negócios do Estado.

É muito fácil dar-mo-nos conta, à luz da penosa experiência dos últimos decénios, até que ponto os

Otimismo marxista. Marx pensava que em 1848 desencadear-se-ia a rev. socialista em toda a Europa

representantes do marxismo clássico menosprezaram o problema da burocracia. Houve para isso, penso eu, duas razões. Os primeiros fundadores da Escola marxista nunca procuraram, à partida, definir a sociedade que surgiria depois de uma revolução socialista. Fizeram, por assim dizer, uma análise abstracta da revolução, da mesma forma que Marx, em O Capital, não analisou um sistema capitalista específico, mas o capitalismo em abstracto, o capitalismo *per se*: de igual forma pensaram a sociedade capitalista, ou pós-capitalista, em abstracto. Se se considerar o facto de a sua análise ter sido levada a cabo muito antes do acontecimento real o método justificava-se, cientificamente. A outra razão é, digamos, psicológica. Não puderam deixar de imaginar a futura revolução a partir do modelo da maior experiência revolucionária das suas vidas, a de 1848. Pensaram que constituiria, tal como em 1848, um processo em cadeia de revoluções europeias, espalhando-se mais ou menos simultaneamente por todo o continente (eis o germen da ideia de revolução permanente que, neste aspecto, não foi uma criação original de Trotsky, antes estava arreigada muito profundamente no pensamento do marxismo clássico). Uma revolução socialista estendida ao conjunto da Europa teria ficado relativamente fora de perigo após a vitória. Com uma fraca tensão social, uma guerra civil dificilmente se desenvolveria e, sem guerras de intervenção, não teria sido necessária a reimplantação de exércitos permanentes, que são um factor importante de burocratização. Também supunham que, pelo menos nas sociedades altamente industrializadas da Europa ocidental, a importância da classe operária constituiria um poderoso apoio de massas ao governo revolucionário. Julgaram também que, uma vez ganha para a causa da revolução, a maioria da classe operária lhe continuaria fiel e leal. O que constituiria, com a tradição democrática existente, a melhor garantia contra qualquer restauração ou criação de uma nova máquina burocrática.

Quando somos tentados a reprovar aos fundadores da escola marxista terem menosprezado os perigos da

Realiza de a rev. má. seriam necessários os exércitos permanentes - a burocracia.

burocracia na sociedade revolucionária é preciso lembrarmo-nos que consideravam a abundância de bens como a primeira condição, ao mesmo tempo a condição prévia e a razão de ser, da revolução socialista.

«A possibilidade de assegurar por meio da produção social, a todos os membros da sociedade, uma vida não só suficiente e dia a dia mais rica, do ponto de vista material, garante-lhes também o desenvolvimento e o exercício absolutamente livre das suas aptidões físicas e intelectuais; tal possibilidade existe hoje, pela primeira vez, mas existe.»

Eis o que declarava, efectivamente, Engels no *Anti-Duhring* (1), há perto de 90 anos. Ora, somente em meados deste século nos encontramos em presença de certas tentativas de revolução socialista em países em que uma produção desesperadamente insuficiente torna toda a existência material decente impossível.

Houve, inegavelmente, no marxismo uma ambiguidade em relação ao Estado. Por um lado — e o marxismo tem este ponto comum com o anarquismo — uma convicção baseada numa análise histórica profundamente realista segundo a qual todas as revoluções saem frustradas no momento e na hora em que se não desfazem do Estado; por outro lado, a convicção de que a revolução socialista tem necessidade de um Estado para realizar o seu objectivo, para quebrar e destruir o velho sistema capitalista e criar o seu próprio aparelho de Estado destinado a exercer a ditadura do proletariado. Mas esse aparelho, pela primeira vez na história, representaria os interesses, não de uma minoria privilegiada, mas os de uma massa de trabalhadores, os verdadeiros produtores das riquezas da sociedade.

«O primeiro acto pelo qual o Estado se manifesta como sendo realmente representante de

(1) Idem, p. 346.

Houve no marxismo uma ambiguidade em relação ao Estado: ²⁶ permanecendo o Estado não há revolução, mas o Estado é necessário para quebrar a burguesia.

A realidade da Revolução Russa foi a negação dos...

toda a sociedade, quer dizer, a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade, é, ao mesmo tempo, o último acto próprio do Estado. A intervenção do Estado nos assuntos sociais torna-se progressivamente supérflua e acaba por extinguir-se. A administração das coisas e a direcção dos processos de produção substitui o governo das pessoas. O Estado não é «abolido»; morre». (8)

A realidade da Revolução russa foi em tudo e por tudo a negação dos postulados elaborados pelo marxismo clássico. Não foi uma revolução em abstracto; foi suficientemente real! Não seguiu o modelo de 1848, não desencadeou um levantamento de toda a Europa; ficou isolada num só país. Produziu-se numa nação em que o proletariado constituía uma ínfima minoria e uma minoria que, além do mais, enquanto classe, se desintegrou no decurso da guerra mundial, da revolução e da guerra civil. Era também um país extremamente atrasado, com uma miséria impressionante, onde o problema que se punha de forma imediata ao governo revolucionário não era o de construir o socialismo, mas o de criar as primeiras pré-condições de uma vida civilizada moderna. Tudo isto desembocou em dois desenvolvimentos políticos que conduziram, inevitavelmente, a um recrudescimento da burocracia.

Mostrei como a supremacia política da burocracia sucedia sempre a um ponto morto na luta de classes, num momento de esgotamento de todas as classes sociais no processo das lutas políticas e sociais. Também, *mutatis mutandis*, encontramos depois da Revolução russa uma tal situação: no princípio do ano de 1920 todas as classes da sociedade russa, operários, campesinato, burguesia, proprietários da terra, aristocracia, estão ou destruídas ou completamente esgotadas politicamente, moralmente, intelectualmente. Depois de todas as provas

(8) Engels, *op. cit.*, p. 344.

A tarefa imediata do novo governo não era construir o socialismo, mas tirar o povo da miséria

Pela primeira vez, a burocracia...

de dez anos de guerra mundial, de revolução, de guerras civis e de devastação da produção industrial, nenhuma classe social é capaz de se afirmar. Nada resta senão o aparelho do Partido bolchevique, que estabelece a sua supremacia sobre a sociedade tomada em conjunto. No entanto, *cela change et ce n'est plus la même chose*: a sociedade sofreu uma transformação fundamental. A velha clivagem entre proprietários e massas desprovidas de propriedade dá lugar a uma outra divisão de tipo diferente mas não menos nociva e corrosiva: a divisão entre dirigentes e dirigidos. Além disso, depois da Revolução, esta divisão adquire uma força bastante maior do que a que tinha quando, de certa forma, se encontrava afogada na divisão e no antagonismo das classes. O que volta à superfície é a velha e perene partilha entre organizadores e organizados. O prelúdio de uma sociedade aparece como epílogo. Longe de «se extinguir a pouco e pouco», o Estado pós-revolucionário junta nas mãos mais poder que nunca. Pela primeira vez na história, a burocracia aparece onipotente e omnipresente. Se, sob o sistema capitalista, o poder da burocracia encontrava sempre um contrapeso no poder das classes possedentes, aqui não vemos tais restrições e tais limitações. A burocracia gere a totalidade dos recursos da nação, aparece mais que nunca como um corpo independente, separado, realmente colocado muito acima da sociedade. Na realidade, longe de extinguir-se, o Estado atinge a sua apoteose, que toma a forma de uma orgia quase permanente de violência burocrática sobre todas as classes da sociedade.

Tornemos por momentos à análise marxista da revolução em abstracto e vejamos onde e em quê a imagem da Rússia pós-revolucionária contradiz esta análise. Se tivéssemos assistido a uma revolução europeia em que as forças proletárias tivessem uma vitória rápida e decisiva e tivessem poupado aos seus países os redemoinhos políticos e sociais e o massacre das guerras e da luta civil não teríamos, muito provavelmente, conhecido essa terrível apoteose do Estado russo. Contudo, o problema teria ainda existido em grau que o marxismo clássico

O marxismo clássico justapõe revolução e socialismo, mas havia um longo período ^{interme-}diário

não tinha considerado. Em resumo: parece que os pensadores e teóricos do século dezanove tiveram tendência a justapor certos estados da futura passagem do capitalismo ao socialismo. O que o marxismo clássico justapôs foi, em suma, a revolução e o socialismo, enquanto que entre a revolução e o socialismo não podia deixar de se inserir um período de transição terrivelmente longo e complexo. Mesmo nas melhores circunstâncias, esse período ter-se-ia caracterizado por uma tensão inevitável entre o burocrata e o trabalhador. Podemos no entanto perceber, no marxismo, alguns pressentimentos dessa tensão. Na sua famosa Crítica do Programa de Gotha, Marx e Engels falam de duas fases do comunismo, a fase inferior e a fase superior. Na fase inferior reina ainda «o horizonte estreito dos direitos da burguesia», com as suas desigualdades e as suas diferenças entre os rendimentos individuais. Manifestamente se, sob o socialismo, a sociedade deve ainda assegurar, segundo Marx, o pleno desenvolvimento das forças produtivas até que se tenha criado uma verdadeira economia de riqueza e abundância, será então necessário recompensar a habilidade e oferecer incentivos. O burocrata é em certo sentido o trabalhador qualificado e não há dúvida nenhuma que tomará lugar, na balança, do lado dos privilegiados.

A divisão entre organizadores e organizados adquire mais, e não menos, importância precisamente porque, tendo os meios de produção passado da propriedade privada à propriedade pública, a responsabilidade do funcionamento da economia nacional incumbe agora aos organizadores. A nova sociedade não se desenvolveu a partir de bases próprias, mas emerge do capitalismo e traz ainda as marcas das suas origens. Não está ainda madura económica, moral e intelectualmente para dar a cada um segundo as suas necessidades e enquanto cada um for pago pelo seu trabalho a burocracia continuará como grupo privilegiado. A despeito da terminologia pseudomarxista dos actuais dirigentes russos, a sociedade russa está longe ainda de ser socialista; deu

somente o primeiro passo no caminho da transição do capitalismo para o socialismo.

A tensão entre o burocrata e o trabalhador está enraizada na clivagem entre trabalho intelectual e trabalho manual. É muito simplesmente inexacto que o actual Estado russo possa ser gerido por qualquer cozinheiro (embora todas as espécies de cozinheiros o tentem fazer). Na prática, revelou-se incapaz de estabelecer e manter o princípio proclamado pela Comuna de Paris e que Marx considerava a garantia contra o renascimento da burocracia, o princípio exaltado por Lenine nas vésperas de Outubro, segundo o qual o funcionário não devia ganhar mais do que um vulgar assalariado. Este princípio implicava uma verdadeira sociedade igualitária — e esta é uma das mais importantes contradições do pensamento de Marx e dos seus discípulos. É evidente que o argumento segundo o qual nenhum funcionário, qualquer que seja a importância das suas funções, deve ganhar mais do que um operário ajusta-se mal a esse outro argumento segundo o qual, na fase primeira do socialismo que traz ainda a marca das «leis burguesas», seria utópico contar com uma «distribuição igualitária». Na Rússia pós-revolucionária, com a miséria e o desenvolvimento insuficiente das forças produtivas, as lutas pelas recompensas não podiam deixar de ser violentas e ferozes e, porque a abolição do capitalismo foi inspirada por uma ânsia de igualitarismo, a desigualdade tornava-se mais revoltante e mais escandalosa. Tratava-se além do mais de uma desigualdade na base de um nível de existência extremamente baixo, ou antes abaixo do nível de subsistência.

Uma parte da teoria marxista do desaparecimento do Estado baseava-se num certo equilíbrio entre a sua organização centralizada e a tendência universal para a descentralização. O Estado socialista devia ter sido um Estado em que existiriam comunas eleitas, concelhos municipais locais, governos locais e governos autónomos, ainda que o conjunto devesse constituir um organismo unificado necessário ao funcionamento racional de um modo de produção nacionalizado. Este conceito pressu-

punha também uma sociedade altamente desenvolvida, o que não era o caso da Rússia no princípio do século.

No desenvolvimento da sociedade pós-capitalista, a tensão entre o trabalhador e o burocrata pode no entanto conter alguns elementos essencialmente positivos. O operário e o burocrata são igualmente necessários para assegurar a passagem ao socialismo. Enquanto as massas operárias continuarem nesse estado de pauperismo intelectual causado por séculos de opressão e de analfabetismo, a direcção dos mecanismos de produção continuará nas mãos dos funcionários. Ora, numa verdadeira sociedade pós-capitalista, a classe social fundamental é a classe operária e o socialismo é assunto dos trabalhadores e não dos burocratas. O equilíbrio dinâmico entre o burocrata e o operário será contrabalançado pela autoridade do Estado e pelo controlo das massas sobre o Estado. O que assegurará igualmente o equilíbrio necessário entre o princípio da centralização e o da descentralização. Mas o que vimos na Rússia foi um total desequilíbrio. Devido a circunstâncias históricas objectivas e a interesses subjectivos, a balança inclinou-se pesadamente, de forma decisiva e absoluta, para o lado da burocracia. O que vimos na Hungria e na Polónia, em 1956, foi uma reacção contra essa situação — estalinista — com uma inversão do desequilíbrio no sentido oposto; foi a revolta apaixonada, violenta, irracional dos trabalhadores contra o despotismo burocrático, uma revolta, sem dúvida, justificada por todas as suas experiências e injustiças, mas uma revolta que traz por seu lado um grave e perigoso desequilíbrio.

Quais são então as previsões *que se podem fazer* e de que modo será preciso encarar o desenvolvimento futuro dessa tensão entre o operário e o burocrata?

Indiquei atrás todos os defeitos de perspectiva histórica da concepção marxista clássica da burocracia. Penso no entanto que essa concepção contribui de forma fundamental, e melhor do que qualquer outra, para fazer frente ao problema da burocracia.

E a questão a que devemos responder é esta: a burocracia que, como o mostrei, conheceu o seu apogeu

Burocracia não é uma nova classe

depois de Revolução ter-se-á constituído numa nova classe? Poderá ela manter-se enquanto minoria privilegiada? Manterá ela a desigualdade social? Quería, antes de mais, despertar a vossa atenção para um facto evidente e muito importante, mas muitas vezes esquecido: tudo o que subsiste de desigualdade hoje na Rússia entre o burocrata e o operário é uma desigualdade de consumo. Desigualdade essa, é certo, muito profunda, revoltante e penosa; apesar de todos os privilégios defendidos brutal e obstinadamente pelo burocrata, falta-lhe o privilégio essencial: a propriedade dos meios de produção. A burocracia oficial domina ainda a sociedade e impõe-lhe o seu poder, mas falta-lhe a coesão e a unidade que poderiam fazer dela uma classe autónoma no sentido marxista do termo. Os burocratas gozam de poder e de alguma prosperidade mas não podem legar essa prosperidade e esse poder aos seus filhos. Não podem acumular capital nem investi-lo em benefício dos seus descendentes; não podem conservar os seus privilégios, nem para eles próprios, nem para os seus amigos e parentes.

É verdade que a burocracia soviética domina a sociedade, tanto no plano económico, como no plano político e no plano cultural, de forma mais evidente e mais larga que qualquer classe burguesa moderna. Mas é também muito vulnerável. Não só não pode transmitir os seus privilégios, mas revelou-se mesmo incapaz de assegurar a continuidade da sua própria posição, a continuidade da sua função dirigente. Com Staline, as camadas dirigentes da burocracia foram decapitadas umas atrás das outras, da mesma forma que se sucediam as depurações no seio das direcções das empresas industriais. Veio então Kroutchev, que fez explodir o principal centro dessa burocracia: todos os ministérios económicos da capital foram disseminados por toda a Rússia. Até hoje a burocracia soviética não soube adquirir a sua própria identidade social, económica e psicológica, sem a qual não se pode considerar uma nova classe social. Foi como que uma enorme ameba que se estendeu sobre a sociedade pós-revolucionária. Uma por que não possui a propriedade

" não é estável e coesa
" não possui identidade

amiba porque não tem ossatura própria, porque não tem uma entidade constituída, uma força histórica que apareça na cena política da mesma forma, digamos, por que a velha burguesia saiu da Revolução francesa.

A burocracia soviética está também prejudicada por uma profunda e íntima contradição: ela só existe graças à abolição da propriedade privada na indústria e nas finanças, graças à vitória dos trabalhadores sobre o *ancien régime*; e tem de render homenagem a essa vitória, é constantemente obrigada a reconhecer que dirige a produção industrial e as finanças em nome da nação, em nome dos trabalhadores. Apesar dos seus privilégios, os dirigentes soviéticos têm de manter-se em guarda: de um número crescente de operários, cada vez mais instruídos, pode facilmente vir o momento em que o talento, a integridade e a competência dos dirigentes serão contestados. Aproveitam-se ainda da apatia dos trabalhadores que, até agora, lhes permitiram que dirigissem o Estado em seu nome. Mas é uma posição precária, uma base incomparavelmente menos estável que a que é sancionada pela tradição, pela propriedade e pela lei. O conflito entre a origem libertadora do poder da burocracia e a utilização que ela faz desse poder gera uma tensão perpétua entre o «nós» — os operários — e o «eles» — a casta dos dirigentes políticos.

Há ainda uma outra razão para a falta de estabilidade e de coesão do grupo dirigente, seja qual for a dimensão dos seus privilégios. Há algumas dezenas de anos a burocracia soviética conheceu permanente e assombrosa expansão. Milhões de pessoas da classe operária, e em menor número do campesinato, entram para as suas fileiras. Esta contínua expansão actua contra a cristalização da burocracia não só como classe mas também como grupo social coerente. Sei, claro, que logo que um homem saído das classes inferiores ascende a uma posição hierárquica privilegiada torna-se, ele também, um burocrata. Pode ser assim em casos individuais e em teoria, mas no conjunto «a traição de classe» não é assim tão fácil. Quando o filho de um mineiro

Expansão difícil, coesão

ou de um operário se torna engenheiro ou administrador de uma empresa, não fica, de um dia para o outro, completamente insensível ao que se passa no seu antigo meio, ou seja, na classe operária. Um rápido exame mostra de forma convincente que em nenhum país há uma tão grande mobilidade das profissões manuais para as não manuais e para aquilo a que os americanos chamam «os estratos de elite».

E preciso também compreender que os privilégios da grande maioria dos burocratas são extremamente reduzidos. O administrador russo tem o mesmo nível de vida que as nossas classes médias mais baixas. Mesmo o luxo da pequena minoria que atingiu o vértice da pirâmide não tem nada de particularmente invejável, sobretudo se considerarmos os riscos corridos — e todos sabemos como eram terríveis — com Staline.

Naturalmente que estes pequenos privilégios contribuem para manter a tensão entre o operário e o burocrata, mas é preciso não confundir essa tensão com um antagonismo de classe; certas semelhanças, se observadas de mais perto, surgem como simplesmente superficiais. O que se pode constatar aqui é antes uma hostilidade entre membros de uma mesma classe, ou seja, entre o mineiro qualificado e o não-qualificado, entre o mecânico e o ferroviário menos qualificado. Essa hostilidade e essa tensão contêm em si mesmas um terrível antagonismo político, mas este não pode ser resolvido por um levantamento social. Só pode ser resolvido, em primeiro lugar, pelo crescimento da riqueza nacional, um crescimento que permita à grande massa da população satisfazer pelo menos as suas necessidades essenciais e mesmo um pouco mais. Pode ser resolvido pelo alargamento e melhoramento da educação, pois é a riqueza material e intelectual da sociedade que permite aplanar a separação ancestral — hoje renovada e mais profunda que nunca — entre dirigentes e dirigidos. A partir do momento em que o dirigido deixe de ser um mujik embrutecido, obtuso e impotente, em que o cozinheiro deixe de ser o velho bicho de cozinha, então, e só então, pode desaparecer o abismo cavado

entre o burocrata e o trabalhador. Restará só uma divisão de funções e já não de estatutos sociais.

A velha concepção marxista do «desaparecimento» do Estado pode parecer-nos curiosa. Mas é preciso não jogar com velhas fórmulas que fazem parte de uma linguagem à qual não estamos habituados. O que Marx realmente quis dizer era que o Estado acabará por se despojar da sua função de opressão política.

Penso que isto só será possível numa sociedade baseada na nacionalização dos meios de produção, livre de depressões e expansões brutais, de especulações e de especuladores, livre, enfim, das forças incontroláveis e caprichosas do mercado da economia privada. Numa sociedade em que todos os milagres da ciência e da tecnologia serão destinados a um uso pacífico e produtivo, em que a automatização da produção industrial não seja travada, por um lado, pelo medo de investir e, por outro, pelo receio de sobreprodução, uma sociedade em que o tempo de trabalho será reduzido e os lazeres mais cultos (e perfeitamente diferentes dos nossos divertimentos de massa tão absurdamente comercializados!), numa sociedade enfim — e este não é o problema menor — livre de cultos, do dogmatismo e das ortodoxias; numa tal sociedade a oposição entre a actividade intelectual e o trabalho manual apagar-se-á a pouco e pouco da mesma forma que a divisão entre dirigentes e dirigidos. Então, e só então, ver-se-á que, se a burocracia serviu de tímido prelúdio da sociedade de classe, constituiu o seu brutal e feroz epílogo, e nada mais do que um epílogo.

*Não há "desaparecimento do Estado",
este acabará por se despojar de sua
função de opressão política.*